Ata da Audiência Pública realizada no dia vinte e três de março do ano de dois mil e vinte e três, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. Por volta das dez horas da manhã, o vereador **CARLOS MARTINS (PT)**, propositor desta audiência, deu boas-vindas aos presentes e, informou que esta reunião se destina a homenagear o **DIA MUNICIPAL DA CABANAGEM**. Na oportunidade, relatou uma pouco da história desse movimento que teve início no dia 23 de março de 1836, há quase 200 (duzentos) anos. Frisou que este movimento foi tido como uma revolução popular, em que as classes menos favorecidas economicamente naquela época eram oprimidas e excluídas, como ainda acontece até hoje, porém, naquele momento tentaram fazer uma mudança na sociedade e instalar um governo em que as classes populares pudessem estar no poder, e isso incomodou as elites dominantes. Durante o movimento, instalou-se no Poder Legislativo um governo cabano, mas, infelizmente, a maioria da população não tem o conhecimento exato da importância desse movimento, e talvez até tenham tentado apaga-lo da história, por isso, é necessário fazer esse resgate histórico. Relatou que no ano passado, comemorou-se os dez anos do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós – IHGTAP; neste momento, surgiu a proposta para criação de uma lei municipal com a finalidade de criar o Dia Municipal da Cabanagem, para relembrar desse movimento de luta popular. Contou que apresentou este projeto à Casa que, posteriormente, foi aprovado pelos parlamentares, no dia 29 de dezembro de 2022; em seguida, sancionada pelo prefeito, instituindo o Dia Municipal da Cabanagem. Relatou que a lei institui o Dia Municipal da Cabanagem, a ser comemorado anualmente no dia 23 de março. Na oportunidade, fez a leitura da lei: "Parágrafo Único. A partir da aprovação desta lei, a homenagem à Cabanagem fará parte do calendário da Prefeitura Municipal de Santarém. Artigo 2° o Poder Executivo Municipal, promoverá atividades educativas, culturais e artísticas alusivas ao tema da Cabanagem, contando com a participação das escolas públicas municipais no evento. Artigo 3° o Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com entidades sem fins lucrativos e instituições, a fim de implementar as atividades propostas, com o escopo de efetivar as diretrizes e objetivos propostos nesta lei. Artigo 4° esta lei entra em vigor na data da sua publicação." Feito isso, ressaltou que entendem que este evento remete ao que a lei preconiza, da necessidade de comemorar esse dia, unindo os poderes Executivo e Legislativo, promovendo atividades educativas, culturais e artísticas alusivas ao tema, sendo esse o primeiro ano após a aprovação dessa lei. A seguir, o vereador **CARLOS MARTINS (PT)** registrou a presença dos alunos do colégio Madre Imaculada, e disse estar aguardando a chegada dos alunos da escola Terezinha de Jesus Rodrigues. Em seguida, convidou para compor a Mesa Oficial: DOUTOR JOSÉ RONALDO DIAS CAMPOS – presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós – IHGTAP; DOUTOR EDUARDO FONSECA – membro do IHGTAP; Senhor PADRE SIDNEY CANTO – Historiador; Professor LENILSON ANTÔNIO MOTA; Senhora TAMMY EVELYN - representando a OAB/Subseção de Santarém; Doutora ISABEL AUGUSTO - professora e vice coordenadora do curso de História da UFOPA; e professora TEREZINHA AMORIM. Dando prosseguimento, a professora **TEREZINHA AMORIM** disse ser muito grata ao vereador Carlos Martins pelo projeto, e que a data do dia 23 de março começou a ganhar um sentido a partir da iniciativa do Padre Sidney Canto, quando ele trouxe a proposta de criar um Instituto Histórico e Geográfico para a região do Tapajós, trazendo também a ideia de que essa data fosse a data de fundação do Instituto. Destacou que a Cabanagem foi um dos mais importantes movimentos populares da história do Brasil, que expressou o direito de lutar pela cidadania, e o direito do povo de manifestar a sua insatisfação com o regime que lhe era imposto, desde o período colonial. Em seguida, a professora contou resumidamente como se iniciou o Movimento da Cabanagem que durou de 1835 a 1840, todavia, as insatisfações antecedem ao contexto da independência do Brasil em 1822, quando cinco províncias localizadas na região norte e nordeste não aderiram a essa independência, preferindo se manter fiel ao governo português, e o atual Estado do Pará era uma dessas províncias, tornando-se a última a aderir a independência um ano depois, devido a divisão política que existia e a proximidade com o governo português. Portanto,

no dia 15 de agosto o Pará não comemora a independência do Brasil, mas a adesão forçada pelas autoridades do imperador. Relatou que um dos principais atores desse movimento foi o Cônego Batista Campos, que em sua homilia instigava o povo com ideias revolucionárias de inclusão social, o que custou a sua morte. Ressaltou que o povo insatisfeito ao tomar conhecimento da morte de seu líder intelectual, deu início ao Movimento da Cabanagem em 07 de janeiro de 1835, convidando o senhor Clemente Malcher para assumir o governo, sendo deposto em seguida. Frisou que o senhor Pedro Vinagre assumiu o poder, realizando algumas reformas durante esse período, mas, posteriormente, foi substituído por um novo presidente indicado pelo governo do Rio de Janeiro. Destacou que neste contexto, surge a figura de Eduardo Angelim, momento em que se instalava massacres e perseguições, uma verdadeira guerra civil, onde um grupo de pessoas lutavam para que seus direitos fossem respeitados. Do outro lado, havia as tropas "legais" do governo, que tentavam impor a autoridade em uma luta injusta e desigual. Relatou que depois de tentar instabilidade política, econômica e social, o governo enviou um novo governador para a Província do Grão Pará, o senhor Soares André, uma das figuras mais sanguinárias da história, o que fez com que os cabanos migrassem para o interior, chegando até Santarém que, embora se tenha mobilizado militarmente, não conseguiu derrotá-los. Relatou que os cabanos fizeram do Ecuipiranga um centro estratégico para suas ações, tornando-se também o centro da resistência cabana. Conseguindo o apoio de alguns grupos de moradores que se sentiam excluídos, os cabanos tomaram a Câmara Municipal de Santarém, no dia 23 de março de 1836, e obrigam os vereadores a reconhecer Eduardo Angelim como presidente da Província, de uma forma pacífica, diferente do que acontecia em Belém. Dessa forma, os cabanos passaram a ter o controle social, econômico e político não só de Santarém, mas também de toda região do Baixo Amazonas e até do Alto Amazonas. Durante um ano e meio, os cabanos foram perseguidos pelas tropas do governo, muitas lutas foram travadas e alguns historiadores acreditam que cerca de 40 (quarenta) mil pessoas tenham morrido, mas não se tem o número exato. Calcula-se que no Baixo Amazonas morreram cerca de 10 (dez) mil pessoas. Por isso, é importante fazer memória a essas pessoas tendo uma data oficial para lembrar da importância desse movimento. Ressaltou que em Belém existe o bairro da Cabanagem, onde se encontra o Memorial da Cabanagem que é uma obra construída pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Finalizou dizendo acreditar que esse Movimento, que teve como um dos maiores centros de resistências nesta região, ainda será reconhecido da forma que merece. Prosseguindo esta reunião, o padre **SIDNEY CANTO** disse que existe no Arquivo Público do estado do Pará uma farta documentação sobre a Cabanagem, embora não esteja acessível aos santarenos, principalmente o Código 888 que fala sobre a Cabanagem nesta região. Aproveitou para chamar atenção dos alunos para que não acreditem na história contada dos vencedores nos livros, pois quem vence tenta passar a ideia de que quem perdeu é a encarnação do mal, por isso, é preciso questionar. O padre narrou alguns fatos históricos esquecidos relacionados a Cabanagem, e que estão nesse código 888, em alguns documentos históricos, nos livros de Tupaiulândia de Paulo Rodrigues dos Santos; a Crônica do padre Felipe Bettendorf, dentre outras literaturas que contam um pouco da história da Cabanagem, estas mostram que o Movimento Cabano já existia em Santarém muito antes de começar em Belém, contam as invasões do quartel de armas da vila de Santarém em 1834, em que foram expulsos os portugueses e seus simpatizantes. Nessas obras também é possível perceber as mudanças de lado de alguns personagens importantes neste movimento, ora algumas autoridades eram favoráveis aos cabanos, ora contrários, mostrando que a política é um jogo de interesses que podem variar. Citando o exemplo de Antônio Maciel Branches que ora estava lutando ao lado dos cabanos, ora contra eles. Frisou que as relações sociais e políticas não são fáceis de serem estudadas como, por exemplo, os partidos políticos da atualidade; Partido dos Trabalhadores (PT) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que algumas décadas atrás seriam inimagináveis de se aliarem, hoje são aliados. Citou algumas fontes históricas que mostram muitas contradições sobre a Cabanagem, sobre as mortes atribuídas ao movimento que, analisadas a fundo, descobriu-se que a maioria das mortes tinham como mandante

Soares de Andrea. Enfatizou que existem muitos fatos históricos que ainda precisam ser conhecidos e que geraram o medo repressivo, a perseguição, e a prisão daqueles que lutaram contra os cabanos, pois todos aqueles que se opusessem ao comandante eram acusados de serem cabanos, mesmo não sendo. Em seguida, informou existir um inventário na Universidade Federal Oeste do Pará – UFOPA sobre as pessoas que morreram na Cabanagem. Contou ainda, resumidamente, a história de Miguel Antônio Pinto Guimarães, o famoso Barão de Santarém relatada no inventário. Contou que é possível ver nesses inventários as relações familiares no que diz respeito a herança, em que podiam acusar um irmão de ser cabano para que este perdesse o direito à herança. Na sequência, afirmou que o Movimento Cabano foi um dos poucos movimentos chamados populares que de fato o povo tomou o poder, o que gerou uma repressão muito forte por parte da Regência. Posteriormente ao movimento, criou-se a Lei da Anistia em 1840, que impôs o silêncio sobre tudo o que aconteceu na revolta Cabana e com isso, favorecendo àqueles que repreenderam o movimento, pois quem mais matou foram as tropas legais. Enfatizou que esta lei estabeleceu o silêncio perpetuo sobre o assunto, mas é preciso quebrar esse sigilo para conhecerem melhor a história. Em sequência, fez uso da palavra o Professor **LENILSON ANTÔNIO MOTA** que ressaltou a importância desta data para que possam repensar a ideia de cidadania e a ideia de seus direitos, trazendo alunos para conheçam este espaço que é do povo, onde as leis são criadas para que beneficiem o povo e tenham seus direitos respeitados. Em relação a Cabanagem, destacou ser importante entender a cronologia dos fatos nesse período histórico, pois houveram várias cabanagens dentro da Cabanagem. Na ocasião, enfatizou que não podem esquecer do papel feminino nesse processo, lembrando das mulheres que foram presas por darem apoio aos cabanos. Também, discute-se a questão indígena da Cabanagem, relatando que os indígenas Mundurucus estavam do lado legalista, mas os Mura estavam do lado cabano, portanto, essas relações precisam ser estudas e a escola se faz fundamental para que possam despertar o espírito de cidadania e coletividade, principalmente, a compreensão da história de luta, de transformação e coletividade. Enfatizou que são representantes daqueles cabanos, contestam muitas coisas nesse Estado, portanto, estão lutando e continuam lutando pelo Estado do Tapajós, mas precisam compreender que as transformações dependem de luta. Ressaltou a importância dessa lei, e que a parceria com as instituições de ensino trará conhecimento, informações do que foi o Movimento, preservando a história. Na sequência, o padre **SIDNEY CANTO** citou a obra de dois membros do IHGTAP, o confrade Rodrigo Melo, professor da UFOPA, que escreveu sobre os tempos de revolta no Brasil nos oitocentistas, tese da dissertação de mestrado dele sobre Cabanagem; também a professora Ana Pantoja, com o livro Terra de Revolta, que é o resgate memorial da Cabanagem. Em seguida, o vereador **CARLOS MARTINS – PT** registrou as presenças do senhor GENTIL GONÇALVES - presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL e DR. JOSÉ RONALDO – presidente do IHGTAP. Fazendo uso da palavra, o prof. **JOSÉ RONALDO** parabenizou o vereador Carlos Martins pela propositura referente a Lei que criou o Dia Municipal da Cabanagem e por esta audiência, em seguida, falou sobre as dificuldades enfrentadas pelo IHGTAP para manter viva a história de Santarém e de toda região Oeste do Pará. Frisou que o próprio Estado resiste à ideia de que a história é direito fundamental de todos, principalmente do Estado de preservar, manter e até custear. Explicou que esse serviço tem sido feito pelo IHGTAP, mas precisam de recursos. Em relação a Cabanagem, o professor disse ser uma revolução autêntica de resistência, por que veio do povo, de pessoas carentes, pobres e sofridas, esquecidas pelo Governo Central, durando cinco anos a resistência. Na ocasião, pediu ajuda ao parlamentar Carlos Martins em relação a Praça Rodrigues dos Santos, que está destruída e que é o marco zero do nascimento de Santarém. Informou que o Instituto não é contra a criação do Camelódromo, desde que não seja construído nessa praça, pois não é local adequado. Na sequência, o vereador **CARLOS MARTINS – PT** disse considerar o IHGTAP o guardião da história santarena e informou que é autor de um Projeto de Lei que visa transformar a Praça Rodrigues dos Santos em patrimônio cultural do município, ele está tramitando nas comissões desta Casa de Leis para ser analisado. Disse concordar que os

vendedores ambulantes precisam de um local adequado para trabalhar, entretanto, não se pode simplesmente enterrar a história. Prosseguindo o debate, a professora **ISABEL AUGUSTO** - professora e vice - coordenadora do curso de História da UFOPA, repercutiu a importância da criação de um Dia Municipal da Cabanagem para preservar a memória histórica desse movimento e a necessidade de novas pesquisas. Destacou a importância do IHGTAP no trabalho de promoção do conhecimento histórico, na defesa e preservação, todavia, o Estado pode fazer sua parte através de ações de incentivo a criação de atividades para preservar o patrimônio imaterial, e que esse trabalho seja feito em escolas, faculdades, museus e espaços culturais. Logo após, a **DRA. TAMMY EVELYN** - OAB/Subseção de Santarém, repercutiu a importância da Cabanagem como um movimento social de luta, um dos movimentos populares mais importantes do país e que precisa ser reconhecido e lembrado. Frisou que o dia 23 de março é um marco para o município de Santarém. A professora **TEREZINHA AMORIM** observou que por ser um movimento popular, durante muito tempo foi esquecido, camuflado e por conta disso, ganhou diferentes interpretações pelos historiadores. Na sequência, abriu para as perguntas da plateia. A aluna **SAMELA**, representando a escola estadual Madre Imaculada, indagou aos historiadores se eles acreditam que os regimes políticos e as ideologias de hoje são justas para todas as classes sociais? O padre **SIDNEY CANTO** respondeu explicando sobre a bipolaridade política que existia na época da Cabanagem, sobre o poder político e econômico que naquela época pertencia a Portugal, e que no ato da independência do Brasil esses poderes não passaram para as mãos dos nacionais (pessoas nascidas no Brasil), sendo que os pobres continuaram pobres e os ricos mais ricos, o que gerou uma insatisfação. Ressaltou que nos dias atuais ainda existe essa bipolaridade, tanto nos planos econômico e político, todavia, deve-se observar quem está do lado dos pobres e dos ricos, ligados a ideologia de direita ou esquerda. Porém, ressaltou que hoje a população tem o voto como arma. A professora **ISABEL AUGUSTO** (UFOPA) explicou que na época da Cabanagem, o regime político era monarquia, e grande parte da população não era considerada cidadã, não possuía direitos políticos, nem garantia constitucional, o que difere do regime republicano em vigor nos dias de hoje, que é um regime democrático e que entende que todos possuem os mesmos direitos e deveres. A doutora **TAMMY EVELYN** (OAB) esclareceu que o cidadão pode participar da política não somente através do voto, mas também propondo projetos de leis e apresentando para seus representantes, através da participação popular no tribunal do júri, o que antes não era possível. Posteriormente, a aluna **NATALLY,** da escola estadual Madre Imaculada, indagou se existem mais sugestões de trabalho para rememorar a história da Cabanagem? Em seguida, teve sua pergunta respondida pelo padre **SIDNEY CANTO** que informou que muitos trabalhos já estão sendo feitos, como o resgate do memorial do Ecuipiranga; pesquisas sendo feitas sobre esse movimento na UFOPA; todavia, ainda é necessário incluir no ensino fundamental, um estudo mais especifico sobre a realidade histórica da região do Baixo Amazonas. A professora **TEREZINHA AMORIM** destacou que em Belém anualmente acontece a Semana da Cabanagem, com um conjunto de atividades sendo realizadas alusivas ao Movimento. A representante da UFOPA, professora **ISABEL AUGUSTO** disse que no âmbito da universidade estão sendo produzidos vários Trabalhos de Conclusão de Curso, também existe um grupo de pesquisa que estuda toda a história do século XIX desta região; ainda, existe o Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, localizado na avenida Marechal Rondon, no Instituto de Ciências da Educação, que é aberto a consulta pública; também existe um projeto de levar documentos históricos nas escolas; e, dentro do Fórum há muitos processos-crimes do tempo da Cabanagem disponíveis para pesquisa; além de muito material a ser publicizado. Na sequência, o vereador **CARLOS MARTINS – PT** informou que existe o Memorial do Legislativo, localizado nas dependências da Câmara e que mostra um pouco da história dos 190 anos de criação desta Casa de Leis. Logo em seguida, o acadêmico **RENATO,** do curso de geografia da UFOPA, falou sobre a escassez de materiais e de tempo de estudo destinados ao ambiente escolar quanto ao aprendizado da história da Amazônia. Questionou o fato do prédio da Prefeitura Municipal de Santarém ter recebido o

nome do senador Jarbas Passarinho, um defensor do Ustra e apoiador do Ato Institucional n° 5, indagando o porquê de um prédio que simboliza o Poder Executivo Municipal, eleito democraticamente, carrega o nome de um apoiador da tortura. Observou que a maioria dos santarenos desconhecem a própria história, afirmando que estão vivendo um processo de apagamento histórico, e que há um grande desinteresse por parte dos alunos em aprender. Frisou que a maioria da população santarena desconhece a história local, por exemplo, poucos sabem que a igreja São Sebastião foi construída como pagamento de uma promessa em virtude de um contágio epidêmico no município, e que o prédio onde funciona o anfiteatro de Santarém já foi um presídio, dentre outros fatos históricos desconhecidos pela maioria da população. Indagou de que forma poderiam estimular o interesse e incentivar o ensino dos estudos amazônicos no ensino fundamental? Prosseguindo a audiência, o padre **SIDNEY CANTO** informou que o prédio onde funciona a Prefeitura Municipal de Santarém recebeu o nome de senador Jarbas Passarinho para homenageá-lo, pois a verba utilizada para construção deste prédio tinha sido destinada por ele, todavia, a mudança de nomenclatura do prédio pode ser revista por esta Câmara, como também outras homenagens que são dadas por questões políticas, mas que não condizem com a realidade do município. Enfatizou que a escola deve estimular o ensino a pesquisa desde as séries iniciais, para que no futuro esses alunos não confiem em *Fake News.* Logo após, o senhor **GENTIL GONÇALVES** – Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL, levantou a questão da mudança da construção do Camelódromo na Praça Rodrigues dos Santos, afirmando que deveria ter havido mais discussão sobre o assunto, e que a mudança da Praça da Matriz para a Praça Rodrigues dos Santos não foi uma ideia boa, pois não resolveria o problema, contudo, enfatizou que esta questão precisaria ser resolvida, pois a Praça da Matriz está abandona. Disse não ser contra os vendedores ambulantes, mas contra a ilegalidade, pois os lojistas pagam inúmeras taxas e impostos. Em seguida, fez um apelo para que os parlamentares resolvam essa situação da melhor forma possível para que ninguém saia perdendo. Finalizou fazendo um apelo para que consigam um lugar decente e adequado para que os vendedores ambulantes trabalharem. Seguindo para as contribuições finais, a professora **TEREZINHA AMORIM,** reportou-se a questão do acadêmico Renato, contou-lhe que quando estava fazendo sua graduação em Licenciatura em História escreveu um texto que conta como os milicianos vieram para região para matar os cabanos, e para receberem pagamento pelos assassinatos, cortavam as orelhas de suas vítimas e colocavam em uma espécie de cordão, cipó. Também disse ter desenvolvido projetos como, por exemplo, em frente aos Centro Cultural João Fona, Matriz, Praça de São Raimundo, para que placas identifiquem os logradouros públicos e prédios históricos. Também informou que está desenvolvendo um trabalho através da Lei Semear, contando a história do Baixo Amazonas. Concluiu frisando que a história de Santarém como a do Baixo Amazonas, Pará, e Brasil como um todo, ainda estão por ser construídas. Logo após, o vereador **CARLOS MARTINS – PT** resumiu a história do Brasil, que de colônia de Portugal se tornou independente, virando império, depois se tornando república, houve o golpe militar e os militares assumiram o poder, em seguida Getúlio Vargas e o Estado Novo, que era pra ser uma revolução, mas virou um acordo entre elites do "café com leite", que era para ser democrático, porém virou uma ditadura. Em sequência, veio um período de democracia, seguido pelo golpe de estado no ano 1964, ficando 20 anos sem democracia, vindo a Nova República que foi um acordo no Congresso e, finalmente, no ano de 1989 vieram as eleições. Destacou que isso mostra que houveram muitas lutas neste país para se alcançar a democracia, por isso, reaver a Cabanagem significa luta e a ressignificação da história, para que não fique apenas a conhecimento o lado dos vencedores. Por fim, o vereador **CARLOS MARTINS – PT** autor desta audiência, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada esta audiência pública. E, para constar, mandou lavrar a presente ata, que traz em anexo a lista de frequência com o nome de todos os participantes desta audiência.

FREQUÊNCIA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE A CABANAGEM, realizada no dia 23/03/2023
AUTORIA: VER. CARLOS MARTINS (PT)

NOME/INSTITUIÇÃO	
Elda Oliveira	CMS.
Terezinha Amorim	IHGTap
José [illegible]	Stm
Thammy Matias	OAB
[illegible]	MADRE.
Ryan Laima Pereira	Madre
Katrine Larissa R. Silva	Madre
Helen Beatriz M. Salgado	Madre
Aline Carmo Silva	madre
Ana Katrine Campos	Madre
Carla Joanne	madre I.
Paula Sousa	Madre I.
Dirio Serra	madre I.
Marcos André	madre I.
Luiz Inácio	madre I
IGOR AUGUSTO ALBARADO ARAUJO	madre
Nathale Sousa do carmo	madre 201
Ivana Oliveira Cordovil	Madre 201
Maria Eduarda Figueiredo Pereira	Madre 203
Pedro Henrique Pedroso Dos Santos	Madre 203
Hagata Marcela Oliveira Sena	Marcela
Ágata Loboto da Silva	Madre 102
Isabel Teresa C. Augusto	Ulapa
Eduardo Fonseca	IHGTAT
Carlos [illegible]	CMS.
[illegible]	IHGTap
[illegible]	IHGTap
Jairy Rodrigues do Nascimento	CMS
Giovana Lima da Silva	GAB. JM. Pavão

Nicolas Enrique Branches Rodrigues	Madre
Emanuel Pereira Rodrigues	madre
Noyana Farias	Madre
Janeth da Silva	Madre
Klêndria Bernardes	Madre
Charlyane Ramos salado	Madre
Evely Paloma Macedo da Gama.	Madre
Maria Alice Rocha	madre
Ana Gisele Lima Rocha	madre
Livia do nascimento Reyo	madre
Sâmela Joyna nascimento dos santos	madre
Jaime mesquita maranhão	Madre
Pablo Jean Correa de Gouza	madre
Aqueles Alves Cuhl Araujo	Madre
João Vitor Ledata nogueira	madre
Wellen R. de Oliveira	Madre
Marcos Kimicius dos santos	madre
AnaPaula Silveira torres	madre
Maria Edinere Rodrigues dos Santos	madre
GENTIL GONÇALVES LIMA PRESIDENTE CDL	